

1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS DA REGIÃO
2 HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ, realizada
3 no dia 15 de dezembro de dois mil e vinte e três às 10h30 com quórum de segunda chamada,
4 em regime híbrido, com membros participando presencialmente e por meio de videoconferência
5 (gravação disponível), com o seguinte ponto de pauta: **1) Aprovação da pauta do dia; 2) Apoio**
6 **financeiro ao ECOB 2024 e indicação de membros para comissão de trabalhos; 3)**
7 **Recomendações do MPRJ sobre Contrato de concessão do Bloco 1 e Bloco 2; 4)**
8 **Resoluções sobre o Indicador 3 Índice de Execução Física de Ações Priorizadas pelo**
9 **Comitê, previstas no PAP e na PAA) e sobre PAAD 2024; 5) Recomendação do GACG**
10 **sobre necessidade do posicionamento do CBH BG para exclusão do indicador 6 do CG e**
11 **para que contratações do CBH BG sigam apenas a nova de lei de licitações e contratos**
12 **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 excluindo as restrições impostas pela Resolução**
13 **INEA 160; 6) Status dos instrumentos de gestão: sistema de informação, monitoramento,**
14 **cobrança, enquadramento e PB; 7) Status dos programas de comunicação; 8) Status do**
15 **"Movimento Viva Água Baía de Guanabara - MVAG" patrocinado pela Fundação Grupo**
16 **Boticário - FGB e ingresso da Petrobras no Conselho Gestor do movimento; 9) Informes.**
17 Iniciada a reunião às 10h30, deu-se início ao primeiro ponto de pauta **1) Aprovação da pauta**
18 **do dia**, quando Adriana Bocaiuva solicitou ao plenário que o 6º ponto de pauta, apoio financeiro
19 ao ECOB 2024, passasse a ser o 2º ponto, assumindo o lugar da discussão sobre o status do
20 "Movimento Viva Água Baía de Guanabara", que passaria a ser o 8º ponto da pauta. Colocada
21 em aprovação a alteração. APROVADA. Sobre o **ponto de pauta 2) Apoio financeiro ao ECOB**
22 **2024 e indicação de membros para comissão de trabalhos**, foi colocada em aprovação o
23 apoio financeiro no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para a realização do XI ECOB,
24 a ser realizado de 17 a 20 de abril de 2024. José Paulo pontuou sobre a importância de que em
25 próximas oportunidades esse tipo de assunto seja discutido anteriormente na comissão científica
26 de extensão e eventos e em outras instâncias do CBH-BG. Colocado em aprovação.
27 APROVADO. Adriana Bocaiuva lembra que neste ponto de pauta está prevista a indicação de
28 dois membros do BG para compor a comissão que avaliará os trabalhos que foram inscritos no
29 XI ECOB e sugere que essa indicação seja realizada então pela comissão de extensão e eventos
30 do CBH-BG. Colocado em aprovação. APROVADO. José Paulo pediu que fosse registrada a
31 sua opinião: que a demanda deste ponto de pauta é o auxílio financeiro para a organização do
32 ECOB que será realizado por todos os comitês do RJ. Mas já que o BG têm uma comissão
33 científica de extensão e eventos, que na prática está parada até o momento, que essa comissão
34 não só faça a seleção dos trabalhos, mas que avance e recupere as resoluções que
35 regulamentam a participação de membros, para que fiquem claras e sejam cumpridas as regras
36 do jogo. Iniciado o **ponto de pauta 3) Recomendações do MPRJ sobre Contrato de**
37 **concessão do Bloco 1 e Bloco 2**, a palavra foi concedida ao Dr José Alexandre, Promotor de
38 Justiça do MPRJ. Dr José Alexandre Maximino fez apresentação, onde expôs que se
39 surpreendeu negativamente com os desdobramentos das obras de saneamento no município de
40 Cachoeiras de Macacu, tendo em vista que existia há alguns anos um cenário promissor, no qual
41 o município fez um trabalho de mobilização para resgatar recursos federais, que foram liberados
42 para a execução de obras e com sinalização positiva da empresa Águas do Rio, superando um
43 dilema existente de que não se poderia investir recursos públicos em obras de expansão. Então
44 cabe sim o investimento de recursos públicos, sendo necessário o cálculo de reequilíbrio
45 econômico, por ser o poder público investindo recursos para a antecipação de metas de
46 universalização, seja para água ou para esgoto. Dr José Alexandre Maximino, reitera que se
47 surpreendeu de forma não muito positiva ao retomar o assunto após alguns anos afastado do
48 caso e ver que foram celebrados vários instrumentos, inclusive com sinalizações fortes da
49 companhia Águas do Rio de que fariam uma contrapartida com a execução do importante projeto
50 de despoluição do Rio Macacu (manacial de abastecimento público do leste fluminense), tudo



51 azeitado à época mas que culminou em um balde de água fria, quando a Águas do Rio alegou
52 que o município não cumpriu com obrigações que estariam ao seu encargo e que foram pegos
53 de surpresa com o diagnóstico da rede de esgotamento no local. O agumento apresentado da
54 companhia, segundo o Dr. Maximino, foi que por questões regulatórias e questões outras de
55 reequilíbrio econômico financeiro, embora não tenham sido apresentados números que
56 lastreassem tal argumento expondo qual seria o desequilíbrio em detrimento da concessionária,
57 pois no contrato diz que quando há investimento público há um reequilíbrio seja na diminuição
58 da tarifa ou a antecipação do cronograma de obras por parte da concessionária. O modelo
59 contratual previu já uma contrapartida pela concessionária, onde haveria aporte de recursos
60 públicos e recursos vindo da concessionária, sendo isso tudo avaliado e estabelecidas as áreas
61 onde seriam executadas com recursos públicos e as áreas com recursos da concessionária, mas
62 tudo com acompanhamento da concessionária para que não haja “elefantes brancos”, com
63 partes operadas pelo município e outras partes operadas pela companhia. Desta forma o aceite
64 da concessionária Águas do Rio é importante, o que foi ressaltado pelo Governo Federal e pela
65 Caixa Econômica Federal, para que no futura não haja insegurança jurídica, com ETEs
66 abandonadas, como já aconteceu em outros municípios. Dr. Maximino cita e lê um breve trecho
67 de um protocolo de intenções onde a companhia Águas do Rio diz que estaria disposta a
68 antecipar investimentos em esgotamento sanitário e estabelecer aditamento de termo de
69 compromisso, Dr. Maximino cita também uma ata onde fica claro que a Caixa Econômica Federal
70 já estaria contando com essa possibilidade da execução de contrapartidas da concessionária.
71 Continuando, Dr. Maximino diz que chegamos aos 47 do segundo tempo, com toda
72 documentação já cumprida por parte do município para a concessionária dizer que infelizmente
73 por questões regulatória internas que não poderá participar (colocando em risco a perda de 20
74 milhões para o saneamento em Cachoeiras de Macacu e para os indicadores de saúde pública)
75 por conta de fatos supervenientes, que no entender do Dr. Maximino não se comprovaram,
76 deixando o município sozinho e com grande possibilidade de perder os recursos. Dr. Maximino
77 esclarece que este assunto foi trazido como pauta no CBH-BG, pois se trata de um manacial
78 estratégico de abastecimento público, com grande relevância para a porção leste metropolitana
79 e por achar que o comitê deve participar dessas questões que envolvem o avanço da coleta e
80 do tratamento de esgoto, o que tem a ver com enquadramento e principalmente com o Plano de
81 Bacia (diagnóstico, prognóstico e plano de ações). Finalizando sua fala, Dr. Maximino lembra
82 que a concessionária apresentou agora o plano diretor de investimento, aquele que seria
83 apresentado 18 meses depois da assinatura do contrato de concessão, e que esse seria o
84 momento de se discutir isso, além de estar na lei que o plano diretor de investimentos deve ser
85 compatível com o plano municipal de saneamento, que por sua vez deve ser compatível com o
86 plano de bacia hidrográfica. Dr. Maximino questiona então o que virá no plano diretor de
87 investimentos da concessionária, seria uma galeria de cinturão para tempo seco para proteção
88 da Baía de Guanabara? Sabe-se da importância dessa medida, mas Cachoeiras de Macacu
89 ficará 5 anos esperando para avançar? Quando, volta a dizer o Dr. Maximino, tivemos várias
90 reuniões no comitê de bacia, instrumentos firmados dizendo que investimentos seriam
91 antecipados, mas na hora de aportar os recursos a concessionária “puxa o freio de mão”,
92 emperrando a discussão e prejudicando o município, que poderia lá atrás ter dito para a Caixa
93 Econômica Federal que a concessionária não participaria. Por fim, diz que já levou essa questão
94 à AGENERSA, que instaurou um processo regulatório e que se o comitê puder emitir nota, moção
95 ou participar das discussões, se coloca a disposição para continuar integrando. Ao ser
96 questionado pelo Sr. Licínio sobre um trecho de sua fala que ficou ininteligível e se ela trataria
97 sobre a questão dos 40% de coleta e tratamento, Dr. Maximino ressalta que o Plano
98 Metropolitano de Saneamento submetido a consulta pública, menciona e deixa claro em sua
99 página 61 “que no município de Cachoeiras de Macacu não há tratamento para o esgoto
100 coletado, sendo todo o efluente lançado *in natura* nos corpos d’água que cortam o município”.



101 Logo, não cabe o argumento de que o índice zero seria uma surpresa, pois imaginava-se que
102 40% do esgoto seria coleta e tratado, pois isso já estava claro na consulta pública. Com a palavra,
103 a Secretária Municipal de Planejamento de Cachoeiras de Macacu, Ana Maria Bousquet,
104 corroborou a fala do Dr. Maximino e explicou que esse era um convênio antigo da Prefeitura com
105 a Caixa, de 2011, que veio sendo trabalhado para viabilizá-lo, cumprindo com todas as suas
106 obrigações contratuais. Já com todas as exigências cumpridas, veio o contrato de concessão e
107 a figura da concessionária e que justamente pelo fato do contrato ser anterior à concessão é que
108 se pode manter o contrato vigente. Que após diversas etapas vencidas e vários instrumentos
109 firmados e assinados por todas as partes, quando chegou o momento da concessionária
110 apresentar o QCI (quadro de investimento onde explicita o investimento do Ministério,
111 investimento do Município e o investimento da Águas do Rio), no dia 20 de outubro (data
112 acordada em reunião realizada no dia 22/09/2023, com a Caixa e a Águas do Rio), a empresa
113 não entregou o quadro e deixou de responder aos questionamentos. A Sra. Ana Maria afirma
114 que o Município de Cachoeiras de Macacu está tentando a continuidade do convênio, que seria
115 importante não só para o município como para toda a região hidrográfica da Baía de Guanabara
116 e por isso seria primordial a manutenção do contrato. O Sr. Halphy Rodrigues sugeriu abrir três
117 frentes de apoio neste assunto: intermediar junto à Águas do Rio, que é membro do CBH-BG,
118 para entender a situação e apoiar no que for necessário para que o acordo seja efetivamente
119 cumprido, da melhor forma para todas as partes, sem que se perca o recurso. Em um segundo
120 momento, numa segunda frente, fazer a mesma interlocução junto ao comitê de monitoramento
121 dos contratos de concessão e por fim, em uma terceira frente, atuar junto aos órgãos ambientais,
122 principalmente o INEA (mas também junto à SEAS e à Secretaria de Meio Ambiente de
123 Cachoeiras de Macacu), em relação ao licenciamento ambiental, para entender os entraves que
124 possam estar acontecendo e atuar dando suporte na busca de uma solução. O CBH-BG montaria
125 grupos ou indicaria pessoas que poderiam capitanear essas frentes de trabalho junto aos entes
126 citados. A Sra Adriana Bocaiuva sugere que o CBH-BG possa mandar um documento,
127 aproveitando sua câmara técnica de saneamento, para o comitê de monitoramento do contrato
128 de concessão - bloco 1, para que possa acompanhar esse debate. O Sr Marcelo Cavaco, da
129 Águas do Rio, esclarece que não é o representante da empresa para tratar deste caso em
130 discussão, mas que se dispõe a contribuir. De acordo com o Sr Marcelo, o município de
131 Cachoeiras de Macacu, havia conseguido um recurso junto ao Ministério do Desenvolvimento
132 Regional / Ministério das Cidades, mas que acabou não executando o recurso por questões
133 diversas. O recurso foi sendo corroído pela inflação ao longo do tempo até que veio a concessão
134 do serviço de saneamento e as obrigações que estariam a cargo do município foram transferidas
135 para a concessionária Águas do Rio. Esclarece que o fato de existir essa discussão no tempo
136 atual se dá porque o recurso não foi executado pelo município no tempo devido e previsto, antes
137 da concessão. Afirma que há um protocolo de intenções assinado pela concessionária no qual a
138 mesma se compromete a realizar esforços para que se consiga a despoluição fluvial da região.
139 Sr Marcelo alerta que seja objeto de atenção o risco de desequilíbrios econômicos que possam
140 ser gerados pelo adiantamento de investimentos por parte da concessionária e ressalta que até
141 hoje a Águas do Rio ainda não conseguiu operar no município de Cachoeiras de Macacu. Apesar
142 da concessão ter sido realizada em 2021, ainda é a AMAE que presta os serviços de saneamento
143 no município, o que tem dificultado a operacionalização pela Águas do Rio, na municipalidade.
144 Sr Marcelo aponta também que o fato do índice de esgotamento sanitário existente no município
145 ser igual a zero, implica que os recursos a serem empregados seja muito maior do que o previsto
146 originalmente, gerando desequilíbrio. Sr. Marcelo aponta ainda complicações em virtude das
147 complexas e diversas relações entre entes, pois há uma relação entre a Prefeitura e o Governo
148 Federal para executar uma despoluição; existe também uma relação entre Águas do Rio e o
149 poder concedente para discutir os desequilíbrios decorrentes dessa entrada da companhia e a
150 execução antecipada desses investimentos e considerando índices irrealistas de abastecimento de



151 água e esgotamento sanitário e ainda o fato de a concessionária Águas do Rio ainda não ter
152 conseguido operar no município. Ressalta que isso tudo tem que ser considerado para que o
153 problema seja tratado com a devida complexidade que ele possui e não apenas como se a
154 Águas do Rio não quisesse fazer o que precisa ser feito ou o que ela tenha se comprometido a
155 fazer. A Sra Ana Maria Bousquet, respondendo ao Sr. Marcelo Cavaco, quando este disse que
156 o município não conseguiu executar o recurso no tempo devido, esclarece que a verba do
157 governo federal não foi liberada em sua totalidade, somente o necessário para elaboração do
158 projeto executivo, que foi realizado, e o início de obras. Aponta também que as mudanças na
159 gestão pública municipal e suas divergências de entendimento também colaboraram para o
160 atraso no andamento do projeto, bem como a previsão de uma contrapartida por parte do Estado
161 do RJ, que não foi realizada. Quando a gestão municipal atual retornou ao governo, retomou o
162 diálogo com o Ministério e com a Águas do Rio, com reuniões produtivas e propositivas que
163 culminaram na assinatura do protocolo de intenções. Sr. Ana Maria questiona o fato de se voltar
164 a estaca zero em assunto que já estava com um entendimento avançado, sendo que no dia 20
165 de setembro/23 aconteceu reunião na Caixa Econômica, representando o Ministério, na qual
166 participaram a Águas do Rio e a Prefeitura de Cachoeiras de Macacu e nenhum desses
167 questionamentos foram apontados. Dr. Maximino retoma a palavra para citar uma ata de reunião
168 do conselho deliberativo da região metropolitana de 20/12/2021, citando o seguinte trecho: “dada
169 a palavra à sua Excelência Cláudio Castro, governador, que sugeriu a adoção de uma decisão
170 que contemplasse um meio termo, sugerindo como prazo final o dia 31/12/2028, bem como a
171 formação de um grupo de trabalho para estudo técnico e jurídico quanto a viabilidade de
172 postergação da atribuição do município de Cachoeiras de Macacu sobre o saneamento. Aberta
173 a votação, foi a postergação aprovada no prazo apresentado, bem como criado o grupo de
174 trabalho.” Dr. Maximino explica que a ata é mesmo truncada, mas que se trata de uma dilação
175 de prazo, dando até 31/12/2028, para que o fornecimento/distribuição de água continue sob a
176 gestão do município e que considera, este sim, como um fato superveniente da assinatura do
177 contrato; porque a questão do zero por cento de tratamento já estava no Plano Metropolitano de
178 Saneamento e na minuta do Plano Metropolitano de Saneamento e que, portanto, a
179 concessionária já que sabia que era o zero o índice de tratamento quando assinou o protocolo
180 de intenções e quando participou das reuniões. Sobre a decisão do governador de postergar
181 para dia 31/12/2028, esta sim pode até trazer uma mudança, por considerar que a concessionária
182 poderia contar com os recursos do abastecimento, que seria mais fácil e rápido, que acabou
183 postergado. Continuando. Dr. Maximino diz que essa discussão precisa ser realizada com
184 números, fazendo um parecer que diga: “quando assinamos, a expectativa de arrecadação era
185 X e investiríamos Y, da fonte ‘tal’; posteriormente, com a decisão do governador, foi preciso
186 rever os números, o que gerou um incremento de despesas, ou remanejamento de receita. Com
187 isso, a contrapartida da concessionária aumento para ‘tanto’”. Mas que sem esses números,
188 reforça Dr. Maximino, vira apenas um discurso e sabe que esta concessionária não age, devido
189 ao comportamento que teve quando atuou no PDBG/PSAM na construção da matriz de
190 responsabilidades, na questão de Queimados... e que sempre foram muito técnicos, mas que
191 nesta discussão de Cachoeiras de Macacu, particularmente, está sentindo a falta de
192 documentos, mostrando valores e números, pois o contrato de concessão já prevê investimento
193 de obra pública, na cláusula 13.18 em diante, onde traz todo o procedimento para estes casos.
194 Encerrando, diz que para tornar o debate profícuo e propositivo, a concessionária poderia
195 apresentar o cenários em números, informando, se for o caso, qual a perda de receita gerada
196 por cada fato não previsto, ao invés de trazer a tona essa justificativa do percentual, mesmo após
197 tanto tempo das discussões e reuniões realizadas. O Sr. Marcelo Cavaco afirma que a
198 concessionária não irá de forma nenhuma fugir dos seus compromissos, que na verdade são
199 metas contratuais, e que a discussão de trata de antecipar a execução da meta ou não, mas que
200 no fim os objetivos serão alcançados. A discussão é se eles serão atingidos no prazo original do



201 contrato ou se antes. Sr. Marcelo Cavaco reforça com o Dr. Maximino que a Águas do Rio está
202 100% empenhada em fazer as metas acontecerem e antes do prazo se possível. Propõe um
203 aditivo ao protocolo de intenções colocando todas as questões discutidas hoje, com a Agerensa,
204 para que a agência reguladora de maneira antecipada tenha conhecimento claro sobre o que
205 está acontecendo, podendo se posicionar e para que possamos todos evoluir de maneira mais
206 segura. O Sr. João Alberto, da Prefeitura de Cachoeiras de Macacu pergunta ao Dr. Maximino
207 qual seria o encaminhamento para o CBH-BG, para que atuando dentro de suas competências,
208 possa agir dentro desse tema. Dr. Maximino responde lembrando que o Sr. Halphy Rodrigues
209 elencou três possibilidades, em que o Comitê, interessado diretamente, no seu Plano de Bacia;
210 no avanço da melhoria da qualidade dos corpos hídricos, por meio da produção de moções e/ou
211 notas técnicas que ressaltem a importância da melhoria dos corpos hídricos, em especial desse
212 manancial (Rio Macacu) e de ser um parlamento de discussão, fazendo interlocução com a
213 agência reguladora e com o Estado, cumprindo o seu papel de ser um fórum para se discutir e
214 buscar a resolução do conflito que se apresenta, no qual uma parcela busca antecipação de
215 metas e um usuário específico alega que por questões econômico/financeiras essa
216 antecipação precisaria ser postergada ou devidamente analisada, mas sem apresentar números
217 e documentos técnicos. Em resumo, prestar um apoio político e um apoio técnico, pois interfere
218 diretamente na metas do Plano de Bacia. Encerrado este ponto, inicia-se o ponto de pauta **4)**
219 **Resoluções sobre o Indicador 3 Índice de Execução Física de Ações Priorizadas pelo**
220 **Comitê, previstas no PAP e na PAA) e sobre PAAD 2024**, onde a Sra. Carolina Martins fez
221 uma apresentação sobre o tema, onde leu a proposta de resolução a ser apreciada e que “dispõe
222 sobre a aprovação dos percentuais a serem alcançados pela Ação Estratégica da Região
223 Hidrográfica V, referente ao indicador 3 – Índice de execução física de ação priorizada pelo
224 COMITÊ, prevista no PAP e na PAAD, conforme Contrato de Gestão INEA nº67/2022”. Após a
225 leitura o Sr. José Paulo expõe que acha fundamental que a resolução esteja calcada no Plano
226 de Bacia/MOP e aponta uma expressão que pode estar equivocada, pois não seria “diagnóstico
227 para governança”. Após breve discussão foi incorporada a sugestão do Sr. José Paulo inserindo
228 o seguinte texto ao final do penúltimo “considerando” no texto da resolução: “Diagnóstico para
229 governança da Baía de Guanabara”, cujo o objetivo é desenvolver o enquadramento dos corpos
230 hídricos participativo na RH-V. Após essa inserção a proposta foi aprovada por unanimidade. Em
231 seguida, a Sra. Carolina Martins fez a leitura da proposta de resolução que “Dispõe sobre a
232 aprovação da Programação Anual de Atividades e Desembolsos do CBH-BG para o ano de
233 2024”. O Sr. José Paulo, representante da UFRJ no CBH-BG, solicitou que constasse nesta ata
234 a sua fala de que considera a fundamental a importância do escritório de projetos e de seus
235 especialistas no andamento das atividades dos subcomitês, e questiona se o escritório de
236 projetos que consta da apresentação significa a contratação desses especialistas para
237 trabalharem junto aos subcomitês ou se teria outra interpretação. Ressaltando que o escritório
238 de projetos funcionou muito bem para o Subcomitê Oeste. A Sra. Carolina Martins esclarece que
239 para esse tipo de atendimento aos subcomitês há a ação de “assessoria técnica para estudos e
240 auxílio em demandas de articulação”, com o valor de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), mas
241 cujo escopo ainda precisa ser definido. Sr. José Paulo, pede que fique registrada também sua
242 fala, como representante da Universidade do Brasil de que esta última proposta não foi enviada
243 ao plenário do Subcomitê Oeste, somente ao “Comitezão” e que considera uma surpresa que
244 não esteja definido, em uma ação precificada com recursos públicos, o que ela significa. Findada
245 as discussões e feitas as devidas explicações, a aprovação da proposta de resolução foi
246 colocada em votação e aprovada pelo plenário. Ainda neste ponto de pauta foram definidas as
247 datas das 4 reuniões plenárias ordinárias do CBH-BG a serem realizadas no ano de 2024:
248 14/03/2024; 13/06/2024; 12/09/2024 e 05/12/2024. Iniciando o ponto de pauta **5) Recomendação**
249 **do GACG sobre necessidade do posicionamento do CBH BG para exclusão do indicador**
250 **6 do CG e para que contratações do CBH BG sigam apenas a nova lei de licitações e**



251 **contratos LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 excluindo as restrições impostas pela**
252 **Resolução INEA 160;** a Sra. Adriana Bocaiuva informa aos presentes sobre a recomendação
253 do GACG (Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão) sobre a necessidade do CBH-
254 BG (que participa desse mesmo debate, junto a outros Comitês, no FFCBH) sobre a importância
255 de se retirar o indicador nº6 existente no contrato de gestão. O entendimento do GACG é que
256 este indicador nº6 incentiva a AGEVAP a reduzir o percentual do que é cobrança pelo uso da
257 água, no custeio da agência, o que acaba sendo um tiro no pé do Comitê, pois premiar a redução
258 do custeio significa incentivar que não se tenha uma equipe com um número de técnicos
259 adequado ao tamanho dos desafios de desembolso e execução do CBH-BG. A Sra. Adriana
260 esclarece ao Sr. João Alberto que esta é uma manifestação formal, vinda do GACG como
261 sugestão para o Plenário, para que caso a sugestão seja acatada pelo Comitê, possa ser
262 encaminhada ao órgão gestor do Estado esse entendimento, de que este indicador nº6 não
263 favorece à gestão de recursos hídricos. A Sra. Adriana Bocaiuva cita ainda um relatório de uma
264 auditoria operacional realizada pelo TCE-RJ, no qual aponta as dificuldades que os Comitês têm
265 especificamente de contratar. O problema apontado pelo relatório não foi deliberar sobre
266 contratações e sim ter uma equipe adequada para realizar os trâmites necessários para realizar
267 as contratações e executar os recursos deliberados. Além desse problema, Sra. Adriana
268 Bocaiuva informa também o problema apontado pelo GACG de se ter que seguir à resolução
269 nº160 do Inea, que burocratiza e emperra ainda mais os processos, ao invés de se seguir a
270 legislação federal para contratações e compras. A Sra. Carolina Martins informa que a partir de
271 janeiro/24, quando passará a vigir a nova lei de licitações, serão desconsiderados todos os
272 artigos da resolução Inea nº160 que estiverem em desacordo com a nova lei. A Sra. Adriana
273 Bocaiuva coloca em votação o encaminhamento do GACG sobre a retirada do indicador nº6 do
274 contrato de gestão, o que foi aprovado pelo Plenário. Devido ao horário avançado, A Sra. Adriana
275 Bocaiuva propõe que os pontos de pauta nº **6) Status dos instrumentos de gestão: sistema**
276 **de informação, monitoramento, cobrança, enquadramento e PB** e nº **8) Status do**
277 **"Movimento Viva Água Baía de Guanabara - MVAG" patrocinado pela Fundação Grupo**
278 **Boticário - FGB e ingresso da Petrobras no Conselho Gestor do movimento;** sejam tratados
279 em uma próxima oportunidade e aproveita para falar brevemente sobre o ponto de pauta nº **7)**
280 **Status dos programas de comunicação;** onde informa que foram feitos contatos muito bons
281 com uma série de produtores de jornais da Rede Globo, fruto de uma visita realizada junto com
282 a empresa Prefácio de comunicação, contratada para atender ao CBH-BG. Foram levantadas
283 uma série de pautas diferentes que foram propostas pelos produtores dos diversos jornais e que
284 serão passadas para o comitê. A visita foi muito produtiva e o comitê teve a oportunidade de
285 divulgar uma campanha que está sendo realizada no âmbito do Subcomitê Jacarepaguá e que
286 foi capa do jornal de bairro do O Globo, incentivando a ligação dos condomínios na rede coletora
287 da concessionária Iguá. Passou-se então ao item de pauta nº **9) Informes** onde alguns
288 membros puderam compartilhar informações e às 13h12min foi encerrada a reunião plenária
289 extraordinária do CBH-BG.

290 **Lista de instituições presentes,** titulares e suplentes, do Comitê da Região Hidrográfica da
291 Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá (CBH-BG).
292 Representando o poder público: CRBio da 2º região RJ/ES: Valéria Lima Marques de Sousa;
293 PNT - Parque Nacional da Tijuca: Rogério Rocco; SEAS - Secretaria de Estado do Ambiente e
294 Sustentabilidade: Tamara Grisolia Fernandes; INEA – Instituto Estadual do Ambiente: Luiz
295 Constantino da Silva Junior; Prefeitura do Município de Magé: Maria Aparecida de Souza
296 Resende; Prefeitura do Município de Tanguá: Elielson Teixeira da Silva; Prefeitura de Itaboraí:
297 Maiara José Araujo dos Santos; Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu: João Alberto
298 Antunes Ribeiro e Prefeitura Municipal de Guapimirim: Wander de Souza Guerra. Representando
299 os Usuários de Recursos Hídricos: Águas de Niterói: Halphy Cunha Rodrigues; Águas do Rio 1
300 SPE: Marcelo Cavaco e Águas do Rio 4 SPE: Tâmara Motta. Representando a Sociedade Civil:



301 APALMA - Flávia Lanari Coelho; CCRON: Alexandre Braga; REDECCAP - Rejany Ferreira dos
302 Santos; Defensores do Planeta - Mauro André dos Santos Pereira; FAM RIO - Licinio Machado
303 Rogério; SENGE-RJ: Jorge Antônio da Silva; UNIG - Gisele Dornelles Pires; UFRJ – Jose Paulo
304 Azevedo; Trama Ecológica – Jacqueline Guerreiro; AMALGA – Adriana Bocaiuva e
305 Ecomarapendi – Vera Chevalier. Apresentaram justificativas para a ausência as seguintes
306 instituições/representantes: IBDA – Instituto Brasileiro de Direito Ambiental: Magno Neves. Por
307 fim, estiveram presentes como convidados: Glaucia de Lemos e Carvalho (Piratininga Surfe
308 Club); Marcos Basbaum (CRBio); Gustavo Sardenberg (Piratininga Surfe Clube); Tatiana Horta;
309 Humberto Saito (SEAS); Marcelo Crespi (INEA); Paulo Harkot (ABLM); José Alexandre Maximino
310 Mota (Promotor de Justiça - MPRJ); Ana Maria Bousquet (Secretária Municipal de Planejamento
311 de Cachoeiras de Macacu); José Arnaldo dos Anjos de Oliveira (Prefeitura do Município de Nova
312 Iguaçu); José Miguel da Silva (PROFEC); Carolina Leite Martins (Agevap) e Nilmar Magalhães
313 (Agevap).

314
315

Adriana Bocaiúva
Diretora Presidente do CBH-BG

